

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.842.939 - PR (2019/0305989-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**RECORRENTE** : MARCELO SILVA FERREIRA  
**ADVOGADO** : FABIANO JOSÉ BORDIGNON - PR023062  
**RECORRIDO** : SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS  
**ADVOGADOS** : PAULO ANTONIO MULLER - PR067090  
MARCO AURELIO MELLO MOREIRA - PR088898  
**RECORRIDO** : SILVALDO SUDRE DE SANTANA  
**ADVOGADOS** : ROBSON LUIZ GIOLLO - PR046316  
AUGUSTO CASSIANO ABEGG - PR047767  
CLEBER ROTTA - PR057610

**EMENTA**

RECURSO ESPECIAL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. AÇÃO DE REPARAÇÃO. 1. CABIMENTO E PERCENTUAL DO PENSIONAMENTO. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. 2. JUROS DE MORA SOBRE O CAPITAL SEGURADO. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL. 3. DANO MORAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO LEGAL. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. 4. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial apresentado por MARCELO SILVA FERREIRA, com base no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal.

Compulsando os autos, verifica-se que o recorrido Silvado Sudre de Santana ajuizou ação de reparação de danos materiais, morais, corporais, lucros cessantes, estéticos e pensionamento (e-STJ, fls. 3-34), tendo o Juízo de primeiro grau julgado parcialmente procedentes os pedidos (e-STJ, fls. 818-829).

Interpostas apelações pelos litigantes, o Tribunal de origem decidiu, por unanimidade, dar provimento ao recurso de Sul América Companhia Nacional de Seguros e dar parcial provimentos aos recursos das demais partes, em acórdão assim ementado (e-STJ, fls. 1.076-1.077):

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO INDENIZATÓRIA EM RAZÃO DE ACIDENTE DE TRÂNSITO. COLISÃO TRANSVERSAL EM

ROTATÓRIA, ENVOLVENDO AUTOMÓVEL E MOTO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO RÉU DEMONSTRADA. DANO MORAL CONFIGURADO. FRATURA EM BACIA E MEMBRO INFERIOR DIREITO. TRATAMENTO QUE EXIGIU CIRURGIAS E INTERNAÇÃO. NECESSIDADE DE USO CONTÍNUO DE MEDICAMENTOS. DEAMBULAÇÃO COM DIFICULDADE. AUTOR QUE SOFREU SIGNIFICATIVA ALTERAÇÃO DO SEU COTIDIANO. ARBITRAMENTO DE ACORDO COM O CASO CONCRETO, A SITUAÇÃO FINANCEIRA DAS PARTES E OS PRECEDENTES DESTA CORTE, OBSERVANDO AS FUNÇÕES COMPENSATÓRIA E PEDAGÓGICA. DANOS ESTÉTICOS. POSSIBILIDADE DE REPARAÇÃO DO DANO DECORRENTE DE DEFORMIDADES PERMANENTES CAUSADAS PELAS LESÕES DO ACIDENTE. CICATRIZES E HIPOTROFIA DE MEMBRO INFERIOR DIREITO. CONSECTÁRIOS LEGAIS. JUROS DE MORA DEVIDOS EM 1% AO MÊS. ART. 406, CC C/C ART. 161, §1º, DO CTN. CORREÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DO ARBITRAMENTO. SÚMULA 362/STJ. PENSIONAMENTO. VÍTIMA QUE ESTAVA AFASTADA DE SUAS ATIVIDADES LABORATIVAS NA DATA DO ACIDENTE. RECEBIMENTO DE AUXÍLIO-DOENÇA POR INCAPACIDADE LABORATIVA TEMPORÁRIA. POSSIBILIDADE DE RETORNO AO EXERCÍCIO PROFISSIONAL. INCAPACIDADE AGRAVADA PELAS LESÕES DO ACIDENTE. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. PENSÃO MENSAL DEVIDA. PARÂMETRO FIXADO EM UM SALÁRIO MÍNIMO. RESPONSABILIDADE DA SEGURADORA LIMITADA AO MONTANTE DA INDENIZAÇÃO PREVISTA NA APÓLICE PARA A COBERTURA CORRESPONDENTE À CONDENAÇÃO. SEGURADORA QUE DEVE ARCAR COM O PAGAMENTO DO PRINCIPAL (VALOR INDENIZATÓRIO) E CONSECTÁRIOS LEGAIS, LIMITADO AO VALOR DA APÓLICE, SOBRE O QUAL NÃO INCIDEM JUROS DE MORA. COMPENSAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. AFASTADA. VERBA DE CARÁTER ALIMENTAR. ART. 85, §14, DO CPC/2015. MANUTENÇÃO DO VALOR ARBITRADO EM PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS RECURSAIS. APELAÇÃO CÍVEL (1) CONHECIDA E PROVIDA. APELAÇÕES CÍVEIS (2) E (3) CONHECIDAS E PARCIALMENTE PROVIDAS.

Apresentados embargos de declaração pela parte recorrente, estes foram rejeitados (e-STJ, fls. 1.129-1.134).

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 1.146-1.158), o recorrente alega violação aos arts. 389, 403, 772, 781, 944 e 950 do CC; 240 do CPC/2015, além de

afirmar a existência de dissídio jurisprudencial.

Sustenta que se a 'impossibilidade' de trabalho (*rectius*, incapacidade) do autor já existia ao tempo do acidente e o só agora recorrente a teria agravado um pouco mais, então não há razão alguma para a obrigação ao pensionamento.

Discorre que, caso se entenda pelo cabimento do pensionamento, que a base de cálculo deste seja diversa da fixada pela Corte de origem, alcançando o patamar de 70% do valor do salário mínimo.

Aduz que o Tribunal *a quo*, ao decidir sobre os juros de mora, divergiu da legislação em vigor e da jurisprudência, argumentando ser devida a incidência de juros de mora na atualização dos valores contratados a título de seguro.

Relata ser possível a revisão do valor fixado de indenização por danos morais, em virtude de ofensa ao princípio da razoabilidade.

Contrarrazões apresentadas, oportunidade em que a parte recorrida pleiteia o arbitramento de honorários recursais (e-STJ, fls. 1.178-1.193).

O Tribunal de origem admitiu o processamento do recurso especial, ascendendo os autos a esta Corte Superior.

Brevemente relatado, decido.

Ao analisar o caso dos autos, o Tribunal de Justiça entendeu pelo cabimento de pensionamento ao ora recorrido, nos seguintes termos (e-STJ, fls. 1.083-1.085):

**Pensão mensal**

A pensão mensal, como dano material, tem a finalidade de possibilitar o sustento da vítima, na tentativa de recompor os danos causados de acordo com sua extensão (art. 944 do Código Civil).

De acordo com as provas constantes dos autos, na data do acidente, Silvaldo Sudre de Santana estava afastado de suas atividades como professor em razão de problemas no membro superior, recebendo auxílio-doença pelo INSS. Após o acidente, permaneceu recebendo auxílio-doença, com previsão de cessação para 20.11.2015 (mov. 93.1).

Antes do acidente, em exame do INSS, havia sido apurada a existência de “*incapacidade laboral temporária para a função declarada*” (professor) e a necessidade de “*repouso para compensação do quadro e recuperação da capacidade laboral*” (mov. 136.1, p. 11).

Após o acidente, constou da avaliação médica previdenciária: “*Baseado na avaliação perícia médica realizada na data de 14/01/2014, há incapacidade laboral de grau total e de duração indeterminada para as atividades habituais declaradas (professor). O segurado tem 55 anos, estava recebendo benefício previdenciário desde 28/09/2009, com sugestão prévia de aposentadoria por invalidez envolveu-se em acidente automobilístico com múltiplas fraturas de membro inferior direito em 22/09/2013, necessitando continuar afastado das atividades profissionais decorridas para consolidação das fraturas, tratamento fisioterápico e posterior avaliação da capacidade laboral*” (mov. 136.1, p. 10).

Em 21.08.2017, foi concedida aposentadoria por invalidez (mov. 257.2).

Observa-se, portanto, que, antes do acidente e durante um período posterior, o autor recebeu benefício previdenciário em razão de incapacidade temporária para suas atividades laborativas. Ainda que o médico do INSS tenha mencionado que havia indicação prévia de aposentadoria por invalidez, é fato que tal benefício apenas foi efetivamente concedido em 2017, o que demonstra que, mesmo que eventualmente remota, existia uma possibilidade de retorno ao trabalho original ou outra atividade profissional.

Dessa forma, tendo em vista que o acidente agravou a situação de impossibilidade de trabalho do autor, entendo que é devido o pagamento de pensão mensal.

O perito afirmou que “*O uso do membro inferior direito está totalmente comprometido (dano em 70%)*” (mov. 192.2, p. 18, item 4), sendo o percentual definido de acordo com a tabela da SUSEP (mov. 216.1, p. 02, item 2). Asseverou que não há possibilidade de reversão: “*A fisioterapia poderia auxiliar no ganho de massa muscular, mobilidade e controle da dor, contudo, esta não é capaz de extinguir as sequelas existentes*” (mov. 192.2, p. 18, item 9).

Importante mencionar que o fato de a vítima perceber aposentadoria previdenciária não impede que receba também a pensão decorrente da responsabilidade pelo o benefício previdenciário não se confunde acidente de trânsito. Isso porque com a pensão mensal, por possuírem natureza jurídica distinta. Enquanto aquele tem natureza previdenciária, esta possui caráter indenizatório e, portanto, podem ser cumulados.

No que diz respeito ao valor do pensionamento, por outro lado, é relevante o fato de que o INSS já havia antevisto a probabilidade de concessão de aposentadoria por invalidez. Isso porque, se havia “*sugestão prévia de aposentadoria por invalidez*”, mas manutenção do auxílio-doença, é porque o demandante provavelmente não conseguiria

retornar às atividades de professor, mas existia a possibilidade eventual de assumir outra atuação profissional.

Diante disso, não há como adotar como parâmetro do pensionamento o salário de uma atividade que possivelmente não seria retomada.

Assim, considerando o desconhecimento sobre de quanto foi efetivamente a perda patrimonial sofrida, é razoável fixar a pensão

mensal em um salário mínimo.

[...]

Nesse sentido, o Superior Tribunal de Justiça entende que, caso não seja comprovada a remuneração, deve ser utilizado como parâmetro o salário mínimo, entendimento aplicável por analogia:

[...]

Portanto, deve ser parcialmente acolhida a pretensão recursal do autor neste ponto, para condenar o réu ao pagamento de pensão mensal no valor de um salário mínimo até que o autor complete 72 anos, conforme requerido na inicial, ou faleça, o que ocorrer primeiro.

Em relação às parcelas vencidas, devem ser calculada a atualização monetária pelo INPC e acrescidos os juros de mora de 1% ao mês desde cada vencimento e, tendo em vista o pedido do autor, devem ser pagas em quota única (art. 950, parágrafo único, CC).

No que tange às prestações vincendas, apenas incide correção monetária, pelo INPC, e juros de mora de 1% ao mês se não houver o pagamento da condenação até o 5º dia útil do mês seguinte.

Em relação ao cabimento do pensionamento e percentual fixado a título de pensão, nota-se que o Tribunal estadual decidiu mediante as peculiaridades do caso concreto, não se revelando exorbitantes os valores arbitrados, o que atrai a incidência da Súmula 7/STJ.

No que diz respeito à incidência de juros sobre o capital segurado, constata-se falta de interesse recursal do recorrente.

Ademais, observa-se que a parte recorrente afirma a possibilidade de redução do valor da indenização por danos morais, apontando a existência de dissídio jurisprudencial, todavia, não indicou qual seria o dispositivo vulnerado em seu apelo especial. Esse fato impede o conhecimento do recurso, por quaisquer das alíneas do permissivo constitucional, haja vista a configuração de deficiência recursal, a atrair a aplicação da Súmula 284/STF.

Veja-se:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO.  
RESPONSABILIDADE CIVIL. IMPROBIDADE  
ADMINISTRATIVA. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO.  
SÚMULA 284/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. ALÍNEA  
"C". NÃO DEMONSTRAÇÃO DA DIVERGÊNCIA. REEXAME  
DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ.

1. Hipótese em que o Tribunal local consignou que o conjunto probatório presente nos autos é capaz de atestar a prática de ato de improbidade administrativa praticado pelos ora agravantes decorrente

de "contratação de pessoas que nunca prestaram regularmente serviços à edibilidade" e "realização de despesas incompatíveis com combustível, restaurantes, churrascarias, choperias etc". (fl. 1.218, e-STJ).

2. O Recurso Especial, apesar de ter sido interposto com base na alínea "a" do permissivo constitucional, não indica, especificamente, o dispositivo de lei federal supostamente contrariado pelo acórdão recorrido. A simples menção a normas infraconstitucionais, feita de maneira esparsa e assistemática no corpo das razões do apelo nobre, não supre a exigência de fundamentação adequada do Recurso Especial. Dessa forma, ante a deficiência na argumentação, não se pode conhecer do Recurso Especial. Aplicação, por analogia, da Súmula 284/STF.

3. Com relação ao dissídio jurisprudencial, a divergência deve ser comprovada, cabendo a quem recorre demonstrar as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, com indicação da similitude fática e jurídica entre eles.

4. Ainda quanto à divergência jurisprudencial, segundo a firme jurisprudência assentada neste Superior Tribunal, a interposição do Recurso Especial com fundamento na alínea "c" não dispensa a indicação do dispositivo de lei federal ao qual o Tribunal de origem tenha dado interpretação divergente daquela firmada por outros tribunais. O não cumprimento de tal requisito, como no caso, importa deficiência de fundamentação, atraindo também a incidência do contido no enunciado 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

5. Além disso, é inviável analisar a tese defendida no Recurso Especial de que inexistente dolo, má-fé e enriquecimento ilícito, pois inarredável a revisão do conjunto probatório dos autos para afastar as premissas fáticas estabelecidas pelo acórdão recorrido. Aplica-se, portanto, o óbice da Súmula 7/STJ.

6. Agravo Interno não provido

(AgInt no AREsp 839.897/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 15/12/2016, DJe 01/02/2017)

Ante o exposto, não conheço do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários em favor do advogado da parte recorrida em 2% (dois por cento) sobre o valor da condenação.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator